

OECD Journal on Development

**Development Co-operation - 2005 Report - Efforts and Policies of the
Members of the Development Assistance Committee
Volume 7 Issue 1**

Summary in Portuguese

O Jornal da OCDE para o Desenvolvimento

**Cooperação para o Desenvolvimento – Relatório 2005 – Esforços e
Políticas dos Membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento
Volume 7 - 1**

Sumário em Português

Este relatório apresenta um panorama de algumas das maiores e mais refratárias questões sobre as quais os membros da OCDE trabalharam conjuntamente para abordá-las em 2005. Os países doadores conseguirão atingir a meta anual de US\$ 130 bilhões em 2010? Para onde essa ajuda se destina, e como pode ser utilizada mais eficazmente? Será que a cooperação técnica – pagando especialistas de países desenvolvidos para trabalhar nos países em desenvolvimento – faz sentido? Fez-se o suficiente para incentivar o crescimento para melhorar a vida dos pobres? Que conclusões podemos estabelecer a partir do nosso insucesso coletivo, para se alcançar o objetivo das escolas de igualdade dos gêneros em 2005?

Para que os doadores atinjam a meta de 2010, o ritmo do nível de ajuda terá que aumentar rapidamente em 60% entre 2004 e 2010. Isso significa um aumento médio de 8% anuais, numa época em que os orçamentos dos países da OCDE estão submetidos a grandes pressões. Aparentemente, prevê-se o aumento da ajuda na APD a curto prazo, mas o bom lado disso é o cancelamento da dívida bruta para alguns países, o que não implicará a transferência de recursos para a grande maioria dos países em desenvolvimento.

Sem dúvida nenhuma, as questões de desenvolvimento tiveram destaque especial em 2005. O ano começou com o mundo voltado para a terrível destruição provocada pelo tsunami no Oceano Índico em 26 de dezembro de 2004, e a expansão de contribuições sem precedentes, não sómente dos governos, mas também de pessoas comuns do mundo inteiro. Em julho, a crise alimentícia no Níger revelou a fragilidade do sistema internacional em lidar com emergências humanitárias previsíveis. O período de furacões

particularmente violentos nas Antilhas e no Golfo de México, assim como o terremoto devastador na região de Kashmir em outubro, associados aos problemas de segurança alimentícia mais evidentes no sul da África, significaram que a demanda de ajuda humanitária foi ininterrupta.

Do lado político, a reunião do Conselho de Ministros da OCDE, realizada em maio, acolheu uma declaração da OCDE sobre o acompanhamento da Declaração do Milênio e o Acordo de Monterrey, incentivando os países da OCDE a intensificarem os esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em julho, a reunião de Cúpula do G8 em Gleneagles e, em setembro, a sessão da Cúpula da Assembléia Geral das NU serviram para colocar as questões de desenvolvimento no topo da agenda política, paralelamente às questões estreitamente ligadas das mudanças climáticas e à segurança e aos direitos dos homens. A ano acabou com a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Hong Kong, que enfatizou a maneira pela qual se pode cumprir o mandato de Doha de uma “Rodada de Desenvolvimento”.

Este assunto tem sido comparado de acordo com **o peso da análise**. Em janeiro, o Projeto do Milênio das NU apresentou um relatório sobre como transformar a aspiração mundial de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em realidade para cada país em desenvolvimento. O relatório ressaltou que, considerando-se as tendências existentes, a maioria dos objetivos não seria alcançada em muitos países em desenvolvimento e em transição, e argumentou a favor das ferramentas existentes, tais como as Estratégias de Redução da Pobreza (PRS), de maneira mais ambiciosa e abrangente, completada por outras medidas como os “ganhos rápidos” sob a forma de intervenções adaptadas com métodos experimentados. O acordo de setembro, na Cúpula do Milênio para implementar uma Comissão de Construção de Paz, apoiou o compromisso da comunidade internacional em prevenir os conflitos violentos e ajudar os países na fase de transição da guerra à paz. Em março, a Comissão para África, financiada pelo Reino Unido, também comunicou seu relatório, que incluía uma extensa série de propostas para que tanto os países africanos como seus parceiros de desenvolvimento possam responder aos desafios enfrentados pelo continente. A OCDE e a Comissão Econômica para África completaram seu trabalho com a primeira análise mútua entre a África e os países da OCDE. O Relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial continha uma nova análise do significado da igualdade no processo de desenvolvimento.

O ano também testemunhou algumas ações reais. O fim do **Acordo Multifibras** – o último ato da Rodada de Uruguai – provocou mudanças consideráveis nos modelos comerciais do setor têxtil, embora estas sejam árduas para muitos fornecedores de países em desenvolvimento, e temporariamente limitadas pela reimposição de controles em alguns mercados-chaves. O acordo foi alcançado para cancelar a dívida multilateral devida ao Fundo Monetário Internacional (FMI), à Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) e ao Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) para os países com melhor desenvolvimento, à iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados (PPME). Foi acordada a maior redução da dívida para Nigéria, o país africano mais populoso. Além disso, importantes decisões foram tomadas a respeito do volume e da eficácia da ajuda, como detalhado mais adiante neste capítulo.

Mais significativamente, após o impressionante nível de crescimento em 2004, a taxa de rendimento per capita dos países em desenvolvimento parece ter continuado a aumentar bem além dos países da OCDE, com o rendimento per capita na África revelando aumentos significativos (embora muito baixos). Em vários países, os indicadores continuaram a aumentar positivamente. O aumento nítido do preço do petróleo trouxe lucros excepcionais para os exportadores de petróleo e limitou o crescimento dos outros, porém no momento em que redigimos este relatório, seus efeitos negativos nos países em desenvolvimento agregados parecem ter sido menos graves de que previsto.

Em resumo, o ano de 2005 lembrou-nos que se faz necessário empreender mudanças significativas se a pobreza no mundo tiver que melhorar na taxa prevista pelos ODM. Mas também teve algum efeito a construção de uma iniciativa conjunta cada vez mais orientada para a aceleração do processo de resolução dos níveis de privação e desigualdade que o mundo já não pode mais aceitar.

A Secretaria do CAD da OCDE estima que o desembolso total nítido dos membros do CAD para a APD aumentará de US\$ 79,5 bilhões em 2004 para US\$ 128,1 bilhões em 2010 (em dólares americanos à taxa de 2004), ou seja, um aumento virtual de US\$ 50 bilhões. Isto significa potencialmente a maior expansão na APD, tal como medida pelo CAD, desde que foi criado o Comitê em 1960. No entanto, apesar de sinais encorajadores, continua havendo incertezas sobre em que medida os níveis de ajuda prometidos em Monterrey para 2006 serão concedidos, e apesar do aumento da APD a curto prazo, os doadores terão que aumentar nitidamente outras formas de ajuda se quiserem alcançar os níveis previstos para 2010.

Com a perspectiva de aumento dos orçamentos da ajuda, pode o subsídio ser liberado com mais eficiência? Se o desenvolvimento se tornar uma iniciativa mais conjunta, os modelos herdados para a distribuição da ajuda precisam ainda mudar, e várias iniciativas transformaram a maneira como muitos doadores planejaram e distribuíram sua assistência nos últimos anos. De modo mais significativo, o CAD da OCDE co-patrocinou o Fórum de Alto Nível em Paris, em março de 2005, e a Declaração acordada marcou um nível sem precedente de consenso e de resolução para reformar a ajuda, com intenção de torná-la mais eficaz no combate à pobreza mundial. Os resultados deveriam estimular bastante os esforços locais para mudar os modelos de comportamento entre os doadores e entre os doadores e receptores, de modo a estimular um desenvolvimento mais sustentável.

A construção de competências é a tarefa principal e uma das mais difíceis a alcançar no desenvolvimento. Quer estejamos falando do “estado competente”, da capacidade de as instituições públicas prestarem serviços ou estabelecerem um ambiente eficaz para o desenvolvimento, ou da capacidade do setor privado, da sociedade civil ou dos indivíduos, o verdadeiro desenvolvimento da capacidade é vital para o progresso sustentável. Os resultados raramente são rápidos. TC e desenvolvimento de competências não são de maneira nenhuma sinônimos. Mas devemos ver em que medida os programas de TC podem melhor refletir algumas perspectivas do trabalho do CAD, do PNUD e de outros na construção da capacidade, e como formular os programas de ensino posteriores ao Ensino Médio de modo a apoiar as instituições locais que ajudam a construir a

capacidade. Muitas vezes os esforços deram ênfase ao aprimoramento das competências dos indivíduos, sem prestar atenção à melhoria do desempenho das organizações em que trabalham, sem falar do contexto institucional mais amplo em que existem as próprias organizações. Isto pode gerar frustração dos indivíduos treinados e um impacto mínimo nas organizações. Para aprimorar as instituições-chaves, talvez seja necessária uma abordagem mais estratégica e a longo prazo, na qual seriam então integrados programas para melhorar as competências dos indivíduos.

As lições aprendidas sobre o desenvolvimento de competências apontam para inexistência de uma abordagem persistente e paciente, com os objetivos dos doadores a curto prazo substituindo as mudanças adicionais a longo prazo. O aumento proporcional da ajuda numa década oferece uma oportunidade de estabelecer cronogramas de execução mais realistas para os esforços relativos ao desenvolvimento de competências, apoiado por fluxos de ajuda mais previsíveis. É necessário prestar muita atenção ao aumento da ajuda em relação às questões de dependência da ajuda, particularmente na África e nos pequenos países em geral, e também é preciso considerar os principais riscos de governança relacionados com o desafio do aumento.

Estamos agora num ponto crítico a caminho dos ODM e do encontro de 2015. O insucesso em atingir a meta de igual frequência da escola pelos meninos e pelas meninas ilustra a necessidade de refletir particularmente sobre a maneira como a dimensão do gênero no desenvolvimento pode ser levada adiante eficazmente.

Compreendem-se melhor as limitações da “integração de gênero” como uma estratégia em si. Há um verdadeiro compromisso, individual e coletivo, para admitir nossos fracassos e expor modos de “melhorar nosso jogo”. Precisamos gastar energia e inovação consideráveis para repensarmos as abordagens da distribuição da ajuda, compartilhar nossos fracassos, aprendermos com as experiências mútuas e trabalharmos coletivamente com redobrada determinação.

© OECD 2006

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilíngües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 13 91

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

